MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso (extracto) n.º 25668/2007

Por despacho de 23 de Novembro de 2007 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Maria José de Jesus Matias, auxiliar administrativa do quadro de pessoal da ex-CCRLVT, findo o período de seis meses de exercício de funções, em regime de comissão de serviço extraordinária, na categoria de assistente administrativa, e tendo revelado aptidão para o efeito, é nomeada definitivamente na categoria de assistente administrativa, escalão 1 índice 199, com efeitos a 12 de Agosto de 2007, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6.º e n.º 1 do art.º 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e da alínea a) do n.º 2 do art.º 128.º do CPA, considerando-se exonerada do lugar que ocupa actualmente no referido quadro a partir daquela data.

(Isento de fiscalização prévia)

26 de Novembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Aviso n.º 25669/2007

1) Nos termos dos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do Senhor Director-Geral em substituição, de 27 de Novembro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de ingresso para admissão a estágio tendo em vista o provimento de dois lugares na categoria de Especialista de Informática do grau 1, nível 2, da carreira de Especialista de Informática, de dotação global, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), constante da Portaria n.º 285/96, de 24 de Julho, alterado de acordo com o que determina o Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.

2) Prazo de validade — O concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares mencionados, esgotando-se com o seu preenchimento.

3) Promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (Despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março).

4) Legislação Aplicável — Ao presente concurso aplicam-se, nomeadamente, os seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 85/85, de 1 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
- Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com alterações;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio;
- Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;
- Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril;
- Decreto Regulamentar n.º 54/2007, de 27 de Abril;
- Portaria 526/2007, de 30 de Abril;

5) A Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, em 22 de Novembro de 2007, emitiu declaração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial integrado na carreira de Especialista de Informática, possuidor da categoria de especialista de informática do

grau 1, nível 2, conforme dispõe o artigo 41.º, n.º 4, da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

6) Áreas e conteúdo funcionais — O conteúdo do lugar a prover corresponde às funções descritas no artigo 2.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

7) O local de trabalho situa-se na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, sita no Campo Grande, n.º 50, em Lisboa.

8) Remuneração, condições de trabalho e regalias sociais:

A remuneração a auferir será a correspondente ao escalão/índice previsto no mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

9) São requisitos gerais e especiais de admissão a este concurso, cumulativamente:

a) Os referidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Habilitação académica com licenciatura na área da informática.

10) Métodos de selecção — serão utilizados como métodos de selecção, com carácter eliminatório, a Prova de Conhecimentos e a Avaliação Curricular e com carácter complementar, a Entrevista Profissional de Selecção.

10.1 — Prova escrita de conhecimentos — A prova de conhecimentos será escrita, de natureza teórica e visa avaliar os conhecimentos académicos e profissionais dos candidatos.

A prova terá uma duração não superior a noventa minutos e incidirá, em cumprimento do Despacho conjunto n.º 722/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 170, de 25 de Julho de 2003, sobre as temáticas que seguem:

- Os desafios da sociedade da informação;
- A informática na sociedade e nas organizações;
- Noções de privacidade e segurança de sistemas de informação;
- Normas e documentação técnica;
- Noções gerais de engenharia de software;
- Sistemas de informação e aplicações;
- Desenvolvimento de aplicações;
- Manutenção de aplicações;
- Sistemas de gestão de bases de dados;
- Linguagens e metodologias de programação;
- Infra-estruturas tecnológicas, telecomunicações, redes de comunicação de dados e Internet;
- Noções de sistemas operativos;
- Noções de gestão de projectos informáticos;
- Noções de segurança de sistemas, de redes e de Internet;
- Arquitectura funcionamento e operação de computadores;
- Administração de sites;
- Administração de sistemas de correio electrónico.

10.1 — Os candidatos poderão consultar toda a bibliografia e legislação correlacionada com os temas identificados no ponto 10.1.

10.2 — Avaliação curricular — Visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, nas áreas para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, considerando e ponderando, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- a) A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso;
- c) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções nas áreas de actividade para o qual o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração.

10.3 — Entrevista Profissional de Selecção, que será pontuada de 0 a 20 valores, visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

11) A avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção serão efectuadas nos termos dos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12) A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que, nas fases ou métodos de selecção eliminatórios ou na classificação final, obtiverem classificação inferior a 9,5 valores, conforme determina o n.º 1 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13) Os critérios de apreciação e ponderação da prova escrita de conhecimentos, da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção,